

**POLÍTICAS DE COTAS E DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES
SOBRE A EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA A PARTIR DA DISCIPLINA DE
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DO FILME *O SORRISO DE MONA LISA***

**QUOTAS POLICIES AND HIGHER EDUCATION TEACHING:
REFLECTIONS ON EMANCIPATORY EDUCATION FROM THE DISCIPLINE OF
EDUCATIONAL POLICIES AND THE FILM *MONA LISA SMILE***

Ariane Viana Martins¹; Renata Ap. Miyabara²; Francisco Antonio Sousa Soares³; Angra Matias Maia⁴; Analândia de Sousa Monteiro⁴; Luiz Augusto Figueiredo da Silva⁴; Cristiane Ferreira dos Santos⁵; Maria do Carmo Batista de Andrade⁵; Flávia Rossana Machado de Carvalho⁵; Liliane Karine Baldoino Ribeiro Soares⁵.

1. Docente da Afya Centro Universitário Uninovafapi; 2. Docente e Pró-reitora PROPPEXI da Afya Centro Universitário Uninovafapi; 3. Coordenador ADM da Afya Centro Universitário Uninovafapi; 4. Acadêmicos do curso de Pós-graduação em Docência no Ensino Superior da Afya Centro Universitário Uninovafapi; 5. Acadêmicos do curso de Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional da Afya Centro Universitário Uninovafapi; E-mail correspondente: laugustofds19@gmail.com.

Eixo: Docência no Ensino Superior

RESUMO

A disciplina de Políticas Educacionais proporcionou importantes reflexões acerca do papel do Estado na formulação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso e da permanência no ensino superior. Entre as políticas analisadas, destacou-se a Lei de Cotas, reconhecida como uma importante ação afirmativa destinada à redução das desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira. Paralelamente, a análise do filme *O Sorriso de Mona Lisa* possibilitou compreender como a educação pode assumir um caráter emancipatório quando rompe com práticas tradicionais e estimula a autonomia, o pensamento crítico e a transformação social. A experiência vivenciada durante a disciplina favoreceu uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pela educação superior brasileira, evidenciando que ampliar o acesso não garante, por si só, a equidade. Permanecem desafios relacionados à permanência estudantil, à inclusão efetiva e à qualidade da formação oferecida. Assim, conclui-se que as políticas educacionais brasileiras avançaram significativamente no processo de democratização do ensino superior, embora ainda coexistam com desigualdades estruturais que limitam a concretização de uma educação verdadeiramente emancipatória.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Lei de Cotas. Docência. Educação Emancipatória. Ensino Superior.

ABSTRACT

The Educational Policies course fostered significant reflection on the State's role in formulating public policies aimed at democratizing access to and retention in higher education. Among the policies analyzed, the Quota Law stood out as a key affirmative action measure designed to reduce inequalities historically embedded in Brazilian society. Concurrently, an analysis of the film **Mona Lisa Smile** provided insight into how education can take on an emancipatory character when it breaks with traditional practices and fosters autonomy, critical thinking, and social transformation. The experience gained during the course facilitated a critical examination of the challenges facing Brazilian higher education, highlighting that expanding access does not, in itself, guarantee equity. Challenges regarding student retention, effective inclusion, and the quality of education provided remain. Thus, it is concluded that Brazilian educational policies have made significant strides in democratizing higher education, even as structural inequalities persist, limiting the realization of a truly emancipatory education.

Keywords: Educational Policies. Quota Law. Teaching. Emancipatory Education. Higher Education.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais constituem instrumentos fundamentais para garantir o direito à educação e promover maior equidade social. No contexto brasileiro, diferentes programas foram implementados com o objetivo de ampliar o acesso, a permanência e a qualidade do ensino superior, entre eles o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Lei de Cotas, considerada uma das principais políticas afirmativas voltadas à democratização do acesso às universidades públicas.

Durante a disciplina de Políticas Educacionais, foi possível compreender que essas ações representam importantes avanços na ampliação das oportunidades educacionais, embora ainda existam desafios relacionados à permanência, à qualidade da formação e à redução das desigualdades sociais. As discussões em sala evidenciaram que democratizar o acesso ao ensino superior exige mais do que ampliar vagas; requer políticas integradas capazes de garantir condições efetivas para que os estudantes ingressem, permaneçam e concluam sua formação acadêmica.

Nesse contexto, o filme *O Sorriso de Mona Lisa* contribuiu para ampliar essa reflexão ao apresentar uma docente que desafia modelos educacionais conservadores e incentiva suas estudantes a desenvolverem autonomia intelectual e pensamento crítico. A atuação da professora Katherine Watson demonstra que ensinar não significa apenas transmitir conteúdos, mas criar oportunidades para que os estudantes questionem, reflitam e transformem sua própria realidade.

Diante dessas discussões, este relato tem como objetivo apresentar uma reflexão crítica sobre a experiência vivenciada na disciplina de Políticas Educacionais durante a Especialização em Docência do Ensino Superior, analisando a contribuição da Lei de Cotas para a democratização do ensino superior e discutindo se as políticas educacionais brasileiras têm favorecido uma educação emancipatória ou ainda reproduzem desigualdades sociais.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência desenvolvida na disciplina foi organizada a partir de discussões coletivas sobre as políticas públicas voltadas ao ensino superior. Entre as atividades propostas, cada grupo analisou uma política de acesso e permanência, identificando seus objetivos, aspectos positivos, limitações e impactos na democratização da educação superior. O grupo do qual participei estudou a Lei de Cotas, reconhecendo-a como uma importante política de ação afirmativa destinada à inclusão de estudantes historicamente excluídos do ensino superior público.

Durante os debates, compreendi que a Lei de Cotas representa um marco na promoção da justiça social ao reconhecer que igualdade de oportunidades não significa tratar todos de forma idêntica, mas oferecer condições diferenciadas para grupos que enfrentaram desigualdades históricas de acesso à educação. Essa compreensão ampliou minha visão sobre

o papel das políticas públicas como instrumentos capazes de reduzir desigualdades e promover maior diversidade no ambiente universitário.

Entretanto, as discussões também evidenciaram que a democratização do ensino superior não se limita ao ingresso dos estudantes. Permanecer na universidade continua sendo um desafio para muitos jovens que enfrentam dificuldades financeiras, sociais e culturais. Nesse aspecto, políticas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tornam-se fundamentais para garantir condições de permanência e conclusão dos cursos, demonstrando que acesso e permanência constituem dimensões inseparáveis da inclusão educacional.

A exibição e análise do filme *O Sorriso de Mona Lisa* proporcionaram uma reflexão complementar sobre a função social do professor. A postura da professora Katherine Watson evidencia que a educação emancipatória ocorre quando o docente estimula o pensamento crítico, valoriza o diálogo e incentiva os estudantes a questionarem padrões estabelecidos. Essa perspectiva aproxima-se das discussões realizadas na especialização, especialmente no que se refere ao papel do professor universitário como mediador da aprendizagem e agente de transformação social.

Como futuro docente do ensino superior, percebi que a inclusão promovida pelas políticas públicas somente produzirá resultados efetivos quando estiver associada a práticas pedagógicas comprometidas com o acolhimento, o respeito à diversidade e o desenvolvimento da autonomia discente. Receber estudantes com diferentes trajetórias exige metodologias inclusivas, avaliação formativa e uma postura docente sensível às múltiplas realidades presentes na sala de aula.

Ao longo da disciplina, também ficou evidente que as políticas educacionais brasileiras produziram importantes avanços na expansão do ensino superior, especialmente por meio da criação de novas universidades, programas de financiamento, bolsas de estudo e ações afirmativas. Contudo, persistem desafios relacionados ao financiamento público, às desigualdades regionais, à evasão estudantil e às condições de permanência, aspectos que ainda limitam a construção de uma educação plenamente emancipatória.

Essa experiência fortaleceu minha compreensão de que ensinar no ensino superior significa assumir uma responsabilidade social que ultrapassa a transmissão de conteúdos. O docente precisa compreender as políticas educacionais, reconhecer as diferentes realidades dos estudantes e desenvolver práticas pedagógicas que promovam inclusão, equidade e formação cidadã.

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada na disciplina de Políticas Educacionais ampliou significativamente minha compreensão sobre a relação entre políticas públicas, inclusão social e docência no ensino superior. A análise da Lei de Cotas evidenciou que as ações afirmativas representam importantes instrumentos para democratizar o acesso à universidade e reduzir desigualdades historicamente produzidas pela sociedade brasileira. Entretanto, também ficou

evidente que o ingresso, por si só, não assegura a inclusão plena, sendo indispensável fortalecer políticas de permanência estudantil e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade.

Concluo que as políticas educacionais brasileiras caminham em direção a uma educação emancipatória ao ampliarem oportunidades de acesso ao ensino superior. Contudo, ainda convivem com desigualdades estruturais que limitam seus resultados. Nesse cenário, cabe ao docente assumir uma postura crítica, ética e comprometida com a formação humana, contribuindo para que a universidade seja, de fato, um espaço de inclusão, diversidade e transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

MANCIBO, D.; VALE, A. C. *Políticas Públicas para o Ensino Superior no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.